

ENTRETECENDO MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DA/NA ILHA DE SANTA CATARINA*

ELISON ANTONIO PAIM**

A Ilha de Santa Catarina - parte insular do município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil - é um território com vasto patrimônio cultural que comporta casarios e vilas coloniais, igrejas, monumentos, praças, ponte, arte rupreste, terreiros, armações baleeiras, fortalezas também as dimensões imateriais como rezas, festas de origem africana e açoriana, benzimentos, alimentação são presentes. Evidenciam-se, assim, imensas possibilidades de trabalhos focados nas questões da cidade, memória e patrimônio.

Considerando esse contexto, nossos questionamentos referem-se a como as questões da cidade, da memória e do patrimônio estão presentes nas aulas de História da educação básica e de jovens e adultos? O que as propostas oficiais apresentam como definições e como sugerem ou não o trabalho com a cidade, as memórias e os patrimônios da Ilha de Santa Catarina? O que, como e quando são trabalhadas? São trabalhados na forma de temáticas, projetos próprios ou na forma de complementos a determinados temas de História Geral ou do Brasil? Quais experiências estes professores já desenvolveram sobre as temáticas? Quais as necessidades destes professores para aperfeiçoar suas aulas quanto às temáticas propostas? Quais atividades, temas gostariam que as atividades de estágio contribuíssem? Que tipo de atividades envolve os alunos nos diferentes espaços de memória? Como a universidade pode contribuir para a efetivação de práticas escolares que deem ênfase a Educação Patrimonial?

Os pesquisadores envolvidos no projeto são professore(a)s de Estágio Supervisionado em História e atuantes em projetos de extensão e do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Docência - PIBID acompanham de perto as escolas Batista Pereira (Ribeirão da Ilha), Dilma Lúcia dos Santos (Armação do Pântano do Sul), Paulo Fontes (Santo Antonio de Lisboa), José Amaro Cordeiro (Morro das Pedras), Colégio de Aplicação da UFSC (campus UFSC/Trindade) e os núcleos de Educação de Jovens e Adultos que

* Esta pesquisa conta com financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa de Santa Catarina - Fapesc pelo Edital Universal de 2014.

** Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (Prohistória) da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do projeto Escola e patrimônio cultural: entretecendo memórias e histórias da/na ilha de Santa Catarina.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

2

funcionam na Escola Básica Municipal Anísio Teixeira (Costeira) e Escola Básica Municipal Domicia Maria da Costa (Saco Grande) e Escola Básica Municipal João Gonçalves Pinheiros.

Nesses contatos, percebemos que os documentos oficiais e boa parte dos livros didáticos têm negligenciado as cidades, os patrimônios e as memórias, uma vez que várias das escolas citadas estão localizadas em espaços visitados por muitos turistas devido aos conjuntos arquitetônicos e os diversos aspectos do patrimônio imaterial presentes nos saberes, fazeres, dos moradores dos arredores destas escolas. Assim, as experiências didáticas com estas temáticas são ainda tímidas, pontuais e de iniciativa particular de alguns professores que procuram integrar atividades de educação patrimonial em suas propostas de trabalho. Portanto, nos contatos com as escolas ficou evidenciada a necessidade de realização de pesquisas sobre a cidade de Florianópolis suas memórias e patrimônios na relação com o Ensino de História para que possamos aprofundar ou desenvolver discussões e práticas de Educação Patrimonial.

Temos como objetivo investigar os diferentes saberes, fazeres e experiências amalgamadas na produção do conhecimento histórico escolar e também, identificar como a cidade, a memória e o patrimônio são agenciados na produção dos saberes escolares a partir da investigação do trabalho docente em instituições públicas de educação básica. Nesta indagação pretendemos ampliar o campo de pesquisa sobre o ensino de História, procurando identificar o conjunto de saberes que formam a cultura escolar e em que medida as políticas oficiais, os projetos dos professores, os livros didáticos, as práticas docentes e as políticas públicas da educação se aproximam ou se distanciam das questões investigadas na pesquisa.

Dentre os objetivos específicos destacamos, neste momento, a necessidade de localizar, reunir, sistematizar, analisar e disseminar as principais abordagens que se aproximam da temática da educação patrimonial, em suas relações com o ensino de História, com práticas de memória e com a produção de conhecimentos históricos educacionais.

Como projeto matricial¹ ao longo de sua execução vem integrando atividades de ensino, extensão e diversos subprojetos de pesquisa organizados conforme as atividades nas

¹ Em suas duas versões “Educação patrimonial na escola: memórias, experiências, saberes e fazeres na memória dos professores” financiado pelo CNPQ edital Ciências Humanas de 2013 e “Escola e patrimônio cultural: entretecendo memórias e histórias da/na ilha de Santa Catarina” financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa de Santa Catarina (FAPESC) pelo edital Universal de 2014, conta com a participação das professoras Andrea

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

3

disciplinas de Seminário de Pesquisa em Ensino, Metodologia do Ensino de História e Estágio Supervisionado de História I, II e III do curso de História e da disciplina História, Infância, Ensino no curso de Pedagogia da UFSC. No desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Este é um estudo de natureza qualitativa, desenvolvida principalmente pelo emprego da análise documental e coleta de narrativas orais, conforme os procedimentos apropriados no tratamento destes tipos de fontes. As observações e as narrativas permitem, como lembra Thompson (1981), auscultar os silêncios, bem como as vozes dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Trabalhamos concomitantemente em diferentes frentes para a coleta das informações documentos e entrevistas. Uma delas são os documentos e Políticas Públicas de Educação que expressam orientações para o trabalho com as questões da cidade, da memória e do patrimônio, a Proposta curricular para a Rede Pública Estadual de Ensino de Santa Catarina, a Proposta Curricular para a rede municipal de Ensino de Florianópolis, as Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, os Projetos Pedagógicos das Escolas, os Planos de Ensino dos Professores. Nesta frente também está o levantamento da produção das universidades catarinenses sobre patrimônio e Educação Patrimonial. A segunda frente, a ser iniciada no segundo semestre de 2016, são as entrevistas com os sujeitos de pesquisa, os professores e as professoras das escolas. Inicialmente, privilegiaremos os professores de História e na sequência professores das demais disciplinas que também trabalhem com atividades de Educação Patrimonial.

Todas as informações, sejam elas provenientes de análise documental ou de depoimentos, são coletadas e tratadas numa perspectiva qualitativa conforme os procedimentos específicos para cada tipo de fonte. Desta forma, para o trabalho com fontes orais adotamos os procedimentos de trabalho com fontes orais desenvolvidos por Alessandro Portelli (1997a; 1997b; 1997c;). Para o trabalho com fontes escritas são adotados os procedimentos desenvolvidos por Edward Palmer Thompson (1981; 1987; 1998), e Déa Fenelon (1991), dentre outros. Para a abordagem de memórias adotamos a perspectiva de

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

4

Walter Benjamin (1994; 1995), ao trabalhar com lembranças como construções do passado a partir do olhar do presente.

Até o momento analisamos a Proposta Curricular de Santa Catarina², mapeamos e estamos analisando e catalogando as produções acadêmicas (teses, dissertações, artigos, livros...) sobre cidade, memória, patrimônio e educação patrimonial em Santa Catarina junto às universidades.

O estudo das relações entre cidade, memória e patrimônio vem sendo pesquisadas por vários grupos nacionais e internacionais e desta forma estimulando o incremento da produção acadêmica e o diálogo com diferentes sujeitos, localizados tanto nas escolas como nos múltiplos espaços de memória.

As problemáticas da Educação Patrimonial estão em constituição concomitante com a afirmação do Ensino de História como campo de pesquisa. Nos encontros nacionais e internacionais dos Pesquisadores do Ensino de História, Perspectivas do ensino de História, Encontros nacionais e regionais da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (Endipe), Encontro Nacional de Museologia, Encontros da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB), dentre outros tem sido uma constante os Grupos de Trabalho, Simpósios Temáticos, Mesas redondas e conferências abordando temáticas como: Cidade, História Local, Patrimônio, Memória, Lugares de Memória, Experiências de atividades educativas em múltiplos espaços. Todos esses eventos têm relacionado diretamente as atividades educativas relativas a patrimônio sendo denominada, com algumas variações terminológicas, como Educação Patrimonial, Educação Museal, Educação das Sensibilidades, Atividades educativas, dentre outras.

Tais pesquisas e relatos de experiências educativas evidenciam que, muitas vezes, acontece uma dicotomia entre o trabalho educativo realizado nos espaços de memória e o trabalho da escola como se eles fossem concorrentes ou em outros casos como se o museu, por exemplo, devesse trabalhar aquilo que a escola não trabalha. Por outro lado, alguns

² -Documento norteador da Educação Básica (Anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio) produzido pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Produzida em 1991 e atualizada em vários momentos, sendo que a última atualização foi em 2014. Para maiores informações consultar <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/>.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

5

professores realizam visitas aos espaços de memória para ilustrar o que trabalham ou o que está nos livros de História.

Procurando minimizar estas dicotomias, a própria legislação educacional a partir do PARECER CNE/CES 492/2001 ao explicitar as diretrizes para os cursos de História, no tocante aos estágios preconiza que: “As atividades acadêmicas complementares (estágios, iniciação científica, projetos de extensão, seminários extra-classe (*Sic*), participação em eventos científicos) poderão ocorrer fora do ambiente escolar, em várias modalidades que deverão ser reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelos Colegiados/Coordenações dos Cursos”. Ou ainda, no tocante as competências e habilidades no item 2, na alínea *e* afirma que o acadêmico de história deverá “Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural”.

Pensando nessa perspectiva, propomos aqui algumas reflexões breves e pontuais sobre memória, patrimônio e educação patrimonial. Inicialmente, uma explicitação sobre memória e na sequência, apresentamos considerações sobre patrimônio e educação patrimonial.

Dentre as muitas publicações sobre memória destacamos brevemente algumas trilhas do pensamento do filósofo alemão Walter Benjamin, ao expressar seu entendimento de memória como rememoração, pautada em experiências e sensibilidades. Para este autor as memórias são plenas de conhecimentos e relacionam-se com o vivido. São também esquecimento e apaziguamento com o passado. A (re)memória é sempre relacionada com o presente, já que é um entrecruzamento de tempos, espaços, vozes; não é uma autobiografia no sentido clássico. É uma memória que não é só racional, é de um sujeito inteiro. Memória é vida, possibilidade da experiência vivida. Na rememoração, amplia-se a possibilidade de vida. Portanto, memórias e experiências vividas precisam ser consideradas relevantes para a produção de conhecimentos histórico-educacionais e mais diretamente no ensino de História. Mesmo nos contrapondo ao pensamento de Sonia Kramer quanto a possibilidade de existir uma história verdadeira comungamos com ela quanto a concepção de narrativa e suas possibilidades de uso para cumprir a tarefa de

[...] restaurar o sentido da narrativa, em que a linguagem não mais se esgote nos clichês de uma língua morta. Essa tarefa implica encontrar a história verdadeira –

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

6

a partir das experiências fragmentadas e da memória fragmentada-, recuperando a capacidade do homem em tornar suas experiências comunicáveis em narrativas, como textos que se abrem à experiência nas suas metamorfoses em que se tecem novas histórias. (KRAMER, 2002, p.70).

Patrimônio é aqui compreendido como um conjunto de bens produzidos por outras gerações, ou “os bens resultantes da experiência coletiva que um grupo humano deseja manter como perene”. (MACHADO, 2004, p.10, apud CHAGAS, 2006).

Conforme expresso por Andréa Ferreira Delgado (2013, p.10), no projeto “Santa Afro Catarina: Educação Patrimonial e a presença de africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina” a concepção de patrimônio cultural registrada na Constituição de 1988 preconiza,

o reconhecimento, registro e salvaguarda dos bens culturais “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]. Outro marco dessa ampliação da noção de patrimônio foi o Decreto 3551/2000, que instituiu o Registro dos bens culturais de natureza imaterial que compõem o patrimônio brasileiro [...]. Essa política de patrimonialização deve ser compreendida como resultado de um complexo processo que abrange tensões, conflitos e disputas tanto internos ao campo do patrimônio [...] quanto presentes na conjuntura política brasileira de democratização pós-redemocratização. Historicizar as políticas públicas de construção e preservação do patrimônio no Brasil constitui, portanto, um pressuposto para a compreensão do movimento de valorização do patrimônio cultural.

Remontam ao primeiro quartel do século XX as preocupações em educar para o patrimônio ou em desenvolver ações de educação patrimonial. Porém, as ações educativas acabaram ficando a cargo e acontecendo, quase que exclusivamente, nos espaços concebidos como lugares de memória (NORA, 1993), passando ao largo ou não dialogando com as atividades desenvolvidas nas escolas.

Nos últimos anos, intensificou-se o diálogo entre museus, arquivos, centros de memória, casas de memória e as escolas. Deste modo, o patrimônio passou a contribuir “[...] potencialmente na formação histórica, visto que permite dar consistência às informações e abstrações dos textos históricos e porque constrói a percepção e a visão histórica do território e do mundo. O escopo é gerar o sentido, o conhecimento e o respeito ao patrimônio”. (MATOZZI, 2008, p. 149).

Com esta aproximação, a população escolarizada está conhecendo, apropriando-se e até identificando-se com as memórias representadas em diferentes espaços de memória. Desta forma, a educação patrimonial “constitui-se em formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar bens culturais, atribuindo-lhes os mais

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

7

diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar, valorizar patrimônios material e imaterial com excelência e igualdade”. (GRINSPUM, 2000 apud CABRAL, 2007, p.47).

Os espaços de guarda de memória apresentam diferentes possibilidades de trabalho para desenvolver com os alunos conforme o que lá está guardado. Nesse sentido, vale lembrar que nem sempre o patrimônio pode vir até a escola, nesses casos “é a escola que tem que ir até o patrimônio, torná-lo objecto específico de estudo, estabelecer diálogo entre a comunidade escolar e o meio envolvente, valorizar as realidades patrimoniais no contexto ambiental que se inserem” (MANIQUE; PROENÇA, 1994, p.57). Em síntese, “não dá para deixar que o museu, o arquivo ou a biblioteca pensem por nós, professores e alunos” (FONSECA; SILVA, 2007, p.84).

Como primeira etapa da pesquisa realizamos o mapeamento da produção disponível nas bibliotecas e páginas dos programas de pós-graduação não somente em acervo, mas em produção acadêmica própria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Universidade Regional de Blumenau (FURB), Universidade do Contestado (UNC), Universidade do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Universidade da Região de Joinville (Univille) e Universidade da Região de Chapecó (Unochapecó), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Para a catalogação elaboramos uma ficha padrão, contendo informações como referência bibliográfica, localização da obra, autores, orientadores, categoria (artigo, tese, monografia, etc), resumo, sumário...

Inicialmente, trabalhamos com o acervo e produção da Universidade Federal de Santa Catarina, onde pudemos localizar um número expressivo de teses, dissertações, artigos e livros. Foram identificadas 11 teses de várias áreas como Gestão do conhecimento (2), História (1), Engenharia de Produção (2), Geografia (2), Arquitetura e Urbanismo (1), Direito (1) e Antropologia (1); 28 artigos e 44 dissertações sobre o tema. As produções focam desde questões específicas, como o papel do museu, a educação patrimonial nas escolas, métodos de preservação de patrimônio material e catalogação de bens tombados.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

8

Dos 28 artigos encontrados na UFSC, apenas três foram produzidos na instituição, sendo o restante do acervo disponível constituído por publicações de outros estados.

No intuito de facilitar a apresentação de nossos resultados, organizamos nosso levantamento separando-os por temas. Cultura indígena e Arqueologia; Turismo; Legislação e Políticas; Preservação e Restauração; Práticas culturais-sociais incluem estudos referentes às memórias, saber-fazer, relatos, linguagem, costumes locais, cantorias, etc; Patrimônio Histórico-Cultural selecionamos estudos que abordassem temas como espaços culturais e de memória e bens tombados; Arquivos, onde separamos estudos que tratam tanto do Arquivo quanto de documentos específicos trabalhados enquanto objeto de análise; Educação Patrimonial, que agrupa determinados estudos relacionados à prática da educação patrimonial em sala de aula ou outros espaços de memória, como museus, métodos e abordagens.

Em seguida, trabalhamos com a produção bibliográfica da Universidade do Estado de Santa Catarina. Esta nos revelou um grande acervo de artigos sobre a temática. Contudo, apesar de encontrarmos uma expressiva quantidade de volumes e livros que tratam sobre educação patrimonial e patrimônio no Brasil, comuns à quase todas as bibliotecas pesquisadas inclusive, as produções acadêmicas própria se revelaram baixas.

Na Unisul encontramos cinco monografias sendo (2) de especialização na área de patrimônio cultural. Três de Graduação, (1) em patrimônio cultural e (2) em legislação e políticas.

Na Unochapecó localizamos sete Monografias distribuídas em práticas culturais (2), patrimônio histórico cultural (2), educação patrimonial (2) e preservação/restauro (1).

Na Univille localizamos 19 dissertações. Tendo como temáticas práticas culturais (10), patrimônio histórico-cultural (6), teoria (1) e preservação e restauro (2). Destacamos que esta universidade possui um curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Além das 19 dissertações disponíveis na página do mestrado referentes aos anos de 2014 e 2015 existem indicações de defesas em todos os anos desde 2010, porém não disponíveis *online*.

Na Univalli encontramos três dissertações com ênfase em turismo. Na Furb e na Uniplac encontramos uma dissertação em cada uma delas.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

9

Outro eixo já desenvolvido em nossa pesquisa é a análise de documentos norteadores do ensino de História, apresentamos alguns elementos sobre a Proposta Curricular de Santa Catarina para pautar a educação básica da rede estadual.

Em Santa Catarina, o processo de elaboração da Proposta Curricular aconteceu de forma aparentemente democrática como o resultado de um processo coletivo cujo início se deu em 1988 com a realização de grupos de estudos sistematizados e coordenados pela Secretaria de Estado de Educação.

Na versão de 1991 a especificidade para o ensino de História é apresentada no interior do documento da página 24 à 30 com textos distribuídos em três colunas. Ele é composto por um título geral ‘História’ e, logo na sequência, o título em letras também em fonte maior negrita: Conteúdo Programático de História para a Educação Pré-Escolar, com breve texto e listagem do que deverá ser trabalhado em tal nível de ensino.

Na segunda coluna da página 24, está o título Proposta Preliminar de Conteúdos Essenciais de História – 1º Grau, composto pela Concepção de História; Conteúdo Programático de História 1º grau, quando então passa a elencar o que deverá ser trabalhado em cada uma das séries da primeira à oitava, com indicação de quatro temas e subtemas para a 1ª e 2ª séries; a partir da 3ª série, há a apresentação de uma unidade anual com quatro temas e subtemas. Após a descrição do que trabalhar em cada série estão dispostos os Encaminhamentos Metodológicos para cada tema em sua correspondente série. A coluna finaliza as orientações para o primeiro grau, elencando uma bibliografia básica para o grau de ensino.

A página 27 inicia o Programa Geral de História para 2º Grau. Apresenta: História do Capitalismo, com um título geral, e quatro subtítulos para uma das três séries. Logo a seguir, vem o título Conteúdos Programáticos de História – 2º grau, com apresentação de unidade anual, temas, subtemas e alguns conteúdos para cada uma das séries. Na sequência, está exposto o Encaminhamento Metodológico – 2º grau, para cada série. Logo após, há o título Como Trabalhar a Proposta? Indicando o que os professores devem fazer. E, ainda, traz um texto Proposta de Avaliação em História, com lista de bibliografia básica para o 2º grau. Encerrando o texto, há o Grupo de Trabalho, composto por três nomes indicados como SEE/CODEN e dezenove nomes de representantes das Unidades de Coordenadorias

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

10

Regionais (UCRES). Indica ainda a consultoria de Judite Maria Barbosa Trindade, Luis Felipe Falcão, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt e Maria Cândida Delgado Reis.

Em relação ao conteúdo para a pré-escola, a PC/SC defende que o ensino de História deverá possibilitar elementos para a compreensão e análise da realidade, pressupondo que a criança desenvolve as noções de “tempo, de espaço, de produção de necessidades e transformação” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1991, p. 24). Ou ainda que “as relações entre homem e os elementos da natureza, dos homens com outros homens através do trabalho, bem como as transformações, ocorrem no tempo e no espaço” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1991, p.24). Sugere ainda que é necessário considerar a própria criança como ponto de referência para o desenvolvimento dessas noções, as quais deverão se concretizar fundamentando-se em quatro eixos temáticos: relações de trabalho, relações com o meio ambiente, relações individuais e coletivas, relações com o cotidiano. Ou ainda, “resgatar a História Ciência, com um método e objeto próprio de estudo. O ensino desta História Científica requer um modo específico e uma nova organização dos conteúdos” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1991, p.24).

No texto, faz-se um discurso apologético do novo, de fazer um novo ensino, uma nova História. Cabe pensar se tal aposta na “novidade” não estava desqualificando o que se realizava nas escolas.

Segundo os autores da proposta, seria a nova história “preocupada com outros agentes, com outros personagens, buscando uma relação diferenciada com a memória coletiva, uma história na qual assumem papel de destaque o homem comum, o trabalhador anônimo, as estruturas econômicas e sociais, a vida cotidiana” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1991, p.24). São conceituadores dessa nova história os objetos, temas e métodos, com base na trilogia organizada por Jacques Le Goff, evidenciando-se vinculação estreita com a Escola dos Anales. Apresenta-se uma série de argumentos questionando a suposta neutralidade da História, sobre o que deve ser ensinado, como são selecionados os conteúdos, dentre outros aspectos. Os professores são convocados a se posicionarem criticamente em relação aos conteúdos, que devem ser significativos.

Na continuidade, são apresentados os conteúdos a ser trabalhados em cada série do ensino fundamental, dispostos como tema, subtema e conteúdo. Alguns temas apresentam

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

11

mais de um subtema e vários conteúdos em cada um destes. Os conteúdos programáticos não fogem da velha linearidade e distribuição por idades; salienta-se, por exemplo, na 5ª série, que, no tema 2, são colocados como subtema O Brasil Colonial e, como conteúdo: Brasil: pré-conquista; o mercantilismo; a exploração colonial; o colonizado; o colonizador.

Aqui se evidenciam algumas contradições entre a concepção de história proposta, que deveria ser constituída e pensada pelos professores em conjunto com os alunos com base em suas realidades; fecham-se assim as possibilidades de trabalhos autônomos diferenciados do proposto pela SEC.

Nos encaminhamentos metodológicos, apresenta-se para cada série como devem ser trabalhados os conteúdos de cada tema ou subtema. Em relação às séries iniciais, essa organização deverá “possibilitar a aquisição, pelo aluno, de noções necessárias ao estudo da História das sociedades, bem como a compreensão do processo histórico: a reflexão sobre história, as noções de individual e coletivo, público e privado, rural e urbano” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1991). Enquanto, nas duas séries iniciais do 1º Grau, são privilegiados elementos da história do aluno e a construção de conceitos básicos.

Como pudemos observar, para a terceira e quarta séries, é sugerido que “o tratamento metodológico a ser dado deverá possibilitar o entendimento de cada um dos elementos que compõe a sociedade brasileira, ontem e hoje, em geral e particularizado com estudos de caso que na 3ª série integram a História do Município e na 4ª série o estudo do Estado” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1991, p.26). Assim, o trabalho deverá ser realizado com a oralidade, a memória e a narrativa para possibilitar o “resgate” da vivência dos alunos, mas não explicita quais são essas concepções.

Percebemos uma desvinculação entre o que deverá ser realizado até a quarta série, em que se dá grande destaque aos estudos centrados no aluno e seu mundo próximo, enquanto nas demais séries - conforme denominação à época - volta-se ao genérico, desvinculado da realidade proximal.

Para a 6ª série, após discorrer por que não é privilegiado o Brasil República, o documento justifica que o trabalho é proposto “em três momentos, a saber: A modernização e crises decorrentes de sua implantação, a análise da sociedade brasileira na conjuntura da sociedade do capitalismo liberal e finalmente questões fundamentais que compõem a

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

12

contemporaneidade da sociedade brasileira” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1991, p. 27). O distanciamento dos conteúdos no que diz respeito aos alunos acentua-se quando são propostos conteúdos de História da Antiguidade e Medievo, para a 7ª série.

Prosseguindo apresenta que para a oitava série o trabalho deve ser de forma que “a Unidade Anual, Trabalho e Poder, da constituição da modernidade à sociedade contemporânea, tem como objetivo fornecer ao aluno elementos fundamentais para se pensar como cidadão de seu tempo. A América Latina e as questões pertinentes à latinidade estão contemplados em estudos de caso” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1991, p.27).

Para o segundo grau, são postos alguns elementos levemente diferenciados, apontando que “alunos e professores são sujeitos da História”. A fim de que ocorra a concretude, o ensino de História deverá ter como eixo norteador “a construção da sociedade burguesa desde sua emergência até o momento da estruturação de uma nova ordem econômica mundial” (Estado de Santa Catarina, 1991, p.28). Merece destaque a forma como são apresentadas as orientações metodológicas específicas para a terceira série do segundo grau: “a reflexão sobre o mundo contemporâneo na visão crítica da proposta deve privilegiar temas tais como: crescimento e condições de vida da população, ecologia, ameaça nuclear e movimentos pacifistas. Temas [...] que contribuem para a inserção do aluno na discussão contemporânea, ou seja, o momento histórico atual” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1991, p.29).

A partir de 1991, assumiu o governo do estado um grupo ligado aos partidos conservadores que, embora afirmasse que manteria o processo de construção da proposta curricular, pouco fez para tal. As condições mínimas para a efetiva implementação da proposta não existiram. Os cursos foram poucos, os debates nas escolas foram morrendo lentamente, os grupos de estudo, pela correria do dia a dia das escolas, não continuaram. A proposta estava mantida, mas as condições para sua efetivação não foram concretizadas.

Em 1995, o grupo que criou a PC/SC chegou novamente ao poder estadual e então se retomaram as tratativas para sua reestruturação e aprofundamento. O grupo político que havia iniciado a discussão e a sistematização da primeira versão da proposta reiniciou a construção de uma segunda versão da proposta. Naquele momento, procuraram envolver de maneira mais sistemática um grupo de professores. Dessa forma, instituiu-se um grupo multidisciplinar envolvendo,

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

13

cerca de 200 professores do quadro das escolas públicas, os quais foram escolhidos em virtude da formação acadêmica e da experiência acumulada. [...] Esse processo, de alguma forma, envolveu cerca de 40.000 professores, os quais tiveram participação indireta, por via da capacitação, dos encontros regionais e das discussões realizadas no interior das próprias escolas (THIESEN, 2007, p.48).

Em 1998, chegou até as escolas outra versão da proposta curricular, na qual a Secretaria Estadual de Educação (SEC) assumiu explicitamente uma perspectiva histórico-cultural de educação, colocando que essa forma de pensar educação “está fortemente marcada pela compreensão da ligação da educação com a política e da conseqüente importância da educação das camadas populares como um dos caminhos para a criação de uma nova hegemonia, ligada aos seus interesses” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1998, p.10).

Além das proposições para o ensino fundamental e médio, há algumas pontuações sobre a Educação de Jovens e Adultos. Recomenda-se que esta modalidade de ensino seja pautada pelas formulações para o ensino fundamental e médio, porém não trabalhando numa perspectiva da “redução desqualificada de um ensino minimizado” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1998, p.162). Reafirma-se que o professor “deve considerar que o aluno não escolarizado possui um saber complexo, no nível do vivido, e que a operação cognitiva deve atuar de modo enfático, para permitir que a formulação do conhecimento escolar promova um encontro e interpenetração e, portanto, a apropriação entre o vivido e do concebido” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1998, p.162).

Em 2012, a proposta foi novamente reformulada apresentando cadernos específicos para cada disciplina. O Caderno Pedagógico de História (CPH) é um texto de 83 páginas disponível no site da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina³. O conteúdo proposto nesse processo de trabalho foi de modo geral mantido. Para a publicação, foram apenas inseridas ilustrações, lista com material de apoio e bibliografia (ESTADO DE SANTA CATARINA, 2012, p.16). O único item que sofreu uma intervenção maior foi à unidade destinada ao Conteúdo Programático. Desse modo, encontramos na Unidade V – destinada aos Conteúdos Programáticos –, uma lista de 28 grandes tópicos que se iniciam com Pré-História e terminam com Tendência do Mundo Atual.

3-Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/documentos/cat_view/326-cadernos-pedagogicos-2012>. Acesso em: 7 de maio de 2013.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

14

Nesses anos todos de discussões sobre a PC/SC, verificamos que houve uma série de mudanças, apesar de todos os obstáculos colocados pela SEC, quer quanto às condições de trabalho ou quanto às condições propiciadas para que os professores entendessem e desenvolvessem o proposto. Por outro lado, há que se considerar a descontinuidade no processo de estudos, aprofundamento e compreensão do que realmente foi indicado, pois, os professores, em suas condições “normais” de trabalho, conseguiram viabilizar parcialmente a proposta na forma de experiências pontuais.

Nas análises documentais da proposta curricular de Santa Catarina podemos perceber certo distanciamento do que vem sendo preconizado em diferentes espaços relativo às relações entre ensino de História, memória e patrimônio. Pois, são esparsas as referências à memória.

Na versão de 1998, no tópico categorias fundamentais da história apresenta breves considerações sobre memória e identidade. É um texto de pouco mais de uma página em que conceitua memória e identidade.

Na bibliografia apresentada para os fundamentos teóricos e metodológicos, há quatro produções que tratam do tema memória. Os livros *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, de Ecléa Bosi; *História/Memória*, de Jacques Le Goff; e *História oral e memória*, de Antonio Torres Montenegro; e o artigo *História Cativa da Memória*, de Ulpiano Bezerra de Menezes.

Ao longo do texto conceitual sobre memória e identidade expressa que,

a memória é um atributo pessoal e absoluto. Ela indica como o homem se relaciona com o passado e quais os elementos significativos deste passado. Ela indica níveis de comparação, seleção de valores e hierarquia de acontecimentos da vida humana. A História se relaciona com as memórias produzidas coletivamente, ou seja, o que determinadas sociedades guardaram como referência do passado. [...]. Na sociedade moderna o apego aos ícones da memória produziram espaços de preservação daquilo que identifica um passado. Assim os museus são constituídos como lugares de preservação de memórias. Entretanto, neles não se pode encontrar o passado em suas múltiplas dimensões nas lutas e nos conflitos. [...]. Portanto, a memória é um elemento na recuperação histórica. Esta dimensão permite encontrar a subjetividade do indivíduo que fala no presente sobre o passado. Assim, também as histórias oficiais representam a memória da dominação sobre o passado e sua relação conflituosa com outras histórias (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1998, p. 163).

No Caderno Pedagógico de História (2012), na unidade I denominada *Para onde aponta a proposta curricular de Santa Catarina*, são rerepresentadas as formulações sobre memória anteriormente expressas na PC/SC versão de 1998. A exceção é a introdução na qual

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

15

o consultor afirma que “vivemos um tempo em que a memória histórica está sendo perigosamente esquecida pela população, principalmente pelos mais jovens” (HENTZ, 2012, p. 9). Na página seguinte, defende que a perda da memória histórica comporta vantagens para alguns e desvantagens para outros. Problematiza a não utilização do sobrenome pelos jovens na contemporaneidade destacando que “[...] a omissão dos sobrenomes como a ponta de um iceberg de processo deliberado de destruição da memória histórica nas gerações de nosso tempo, para que elas se insiram sem dor e sem revolta num processo de destruição de direitos e de conquistas dos seus antepassados, e para que aceitem esse processo sendo totalmente normal e natural”.

Após a introdução, não há qualquer outra menção direta à memória ou ao trabalho com os lugares de memória (NORA, 1993), na relação com a História. Apenas na unidade VI Sugestão de Planos de Aula, na página 64, há um exemplo de trabalho tangenciado pelas questões da memória. Assim, em Choques culturais na América Colonial através do filme “A Missão” e os conflitos entre os Xokleng e os bugreiros na região de Águas Mornas – um estudo comparativo, na problematização do tema, menciona-se que o assunto está vinculado à memória e à história local. Na estratégia de ação, afirma que “ao valorizar a memória local, através de depoimentos de pessoas idosas, pretendemos levar os alunos a perceber que eles têm coisas importantes para nos dizer. Pela mediação do professor, a memória destas pessoas transforma-se em possibilidade de conhecimento histórico” (p.65). Um dos objetivos propõe “investigar como a memória local conserva a lembrança destes conflitos” (p.66).

Em 2012, foram publicados os Cadernos Pedagógicos para os componentes curriculares. Em 2014 foi apresentado um novo documento de caráter teórico-metodológico com ênfase nas grandes áreas de conhecimento linguagens, ciências humanas e ciências naturais.

Com a realização do levantamento nas bibliotecas universitárias e programas de pós-graduação presentes no Estado de Santa Catarina, restou evidente que a produção acerca das temáticas patrimônio e educação patrimonial não tem se revelado um expoente.

O trabalho de conscientização de cidadãos, não somente dos alunos acerca de sua história, seus costumes, as particularidades de seus protocolos sociais é peça fundamental para uma retomada de consciência e problematização da cultura de elite que se instaurou no Brasil

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

16

e perpassa pela Academia, todavia, não para ser legitimada por esta, mas sim para que esta divulgue projetos, ideias e ferramentas que contribuam nessa missão.

Contudo, faz-se importante ressaltar que os trabalhos analisados apresentam alto teor de crítica, propondo uma desconstrução do conceito elitizado de patrimônio e cultura.

Diante deste primeiro movimento de aproximação com a produção sobre patrimônio e educação patrimonial no Estado de Santa Catarina reforçou a necessidade de aprofundamento da pesquisa nas etapas seguintes, ou seja, buscar diretamente nas memórias e experiências dos professores da Educação Básica o que efetivamente está acontecendo nesta perspectiva.

Também nos documentos norteadores da Educação Básica da rede estadual de educação de Santa Catarina a temática memória, cidade e patrimônio são pouco desenvolvidos ou não são abordadas. As questões do patrimônio cultural não são sequer mencionadas em nenhuma das versões da proposta curricular de SC, quer seja nos documentos, nos textos, ou nas orientações metodológicas ou exemplos de atividades a ser desenvolvidas pelos professores.

Considero que não é a listagem ou definição de uma temática nos documentos oficiais que garantirá o efetivo trabalho na escola com os alunos. Em tese, considera-se até este momento que as temáticas em pauta pouco ou dificilmente chegam às salas de aula da rede estadual do estado de Santa Catarina.

Diante do breve tratamento da memória ou do não tratamento da temática patrimônio cultural, evidencia-se que há um longo caminho a ser percorrido na construção de relações entre ensino de história, memória e patrimônio na rede pública estadual de Santa Catarina, especialmente, se levarmos em consideração as diretrizes oficiais para a Educação Básica.

Por outro lado, em contatos informais nos estágios, cursos, palestras, dentre outros, constata-se que alguns professores desenvolvem experiências de ensino relativas às questões da memória e do patrimônio. A julgar pela análise deste documento em suas diferentes versões, a busca de informações diretamente com os professores será fundamental para registrarmos as experiências realizadas no cotidiano das escolas. Para que então possamos registrar as experiências que efetivamente acontecem nas escolas para além ou aquém do que

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

17

determinam as proposições oficiais iniciaremos no segundo semestre de 2016 as entrevistas com os professores e as professoras das escolas selecionadas. Portanto, há muito trabalho pela frente para evidenciarmos como memória, patrimônio e cidade vêm sendo trabalhados ou não na educação básica, especialmente na Ilha de Santa Catarina.

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 114-119. (Obras Escolhidas, v. 1).
- BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão única**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 73-142. (Obras Escolhidas vol. 2)
- CABRAL, Magaly. **Educação patrimonial**. Digitado, 2007.
- CHAGAS, Mario de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.
- MANIQUE, António Pedro ; PROENÇA, Maria Cândida. **Didáctica da História Património e história local**. Lisboa: Texto Editora, 1994.
- DELGADO, Andréa Ferreira. **Santa Afro Catarina: Educação Patrimonial e a presença de africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**, digitado, 2013.
- FENELON, Déa Ribeiro et al (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 296-313.
- FONSECA, Selva Guimarães; DA SILVA, Marcos Antônio. **Ensinar História no Século XIX: em busca do tempo entendido**. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, Histórias e (Re)Invenção Educacional: uma tessitura coletiva na escola pública. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, Memória, História: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 287-330.
- HENTZ, Paulo. **Projetos Educacionais Populares no Contexto do Estado: um estudo da Proposta Curricular de Santa Catarina**. Caçador: Editora Uniarp, 2012.
- KRAMER, S. **Por Entre as Pedras: arma e sonho na escola**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e Educação Para o Patrimônio. In: **Educação em revista**. Belo Horizonte – MG: Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Educação, 2008. p. 135-155.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História** – n. 10. São Paulo: EDUC, 1993. p. 7-28.
- PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. In: **Projeto História**. São Paulo, 2001, p. 9-36.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**. São Paulo, 1997, p.25-39.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

18

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. 1991.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. 1998.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Caderno Pedagógico de História. 2012

THIESEN, Juarez da Silva. Vinte anos de discussão e implantação da Proposta Curricular de Santa Catarina na rede de ensino: desafios para um currículo de base histórico cultural. **PerCursos**. Florianópolis, v. 8, n. 2, 2007, p. 41-54.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.